

JUSTIÇA GLOBAL

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
E RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

JUSTIÇA GLOBAL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração da mutação do patrimônio social

Quadro 4 - Demonstração do fluxo de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros

Justiça Global

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **JUSTIÇA GLOBAL (“Organização”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos na seção a seguir intitulada **“base para opinião com ressalva”**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JUSTIÇA GLOBAL** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

a. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 a **JUSTIÇA GLOBAL** possui registrado na rubrica contábil “Imobilizado” o montante líquido de R\$ 133.627,58 referente a bens próprios sobre os quais necessitam de controles internos mais adequados para nos permitir concluir sobre a apresentação dos saldos. Desta forma, não foi possível, nas circunstâncias, concluirmos sobre a adequação do saldo líquido do ativo imobilizado no ativo não circulante, bem como determinar os possíveis efeitos da depreciação no resultado e patrimônio líquido do exercício findo naquela data.

b. A **JUSTIÇA GLOBAL** não revisou a vida útil de seus ativos tangíveis, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e decidiu por manter a depreciação de seus ativos utilizando as taxas de depreciação sugeridas pela legislação fiscal vigente. Adicionalmente, foram contabilizadas as depreciações acumuladas diretamente no custo do bem. Conseqüentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação do exercício caso a revisão da vida útil tivesse sido realizada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **“Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”**. Somos independentes em relação à Organização de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Não examinamos, e nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujos valores são apresentados para fins de comparabilidade e, conseqüentemente não emitimos opinião sobre e de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos em 31 de dezembro de 2019, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, as mutações do patrimônio social e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Organização, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Organização, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros

Justiça Global

Rio de Janeiro - RJ

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nosso objetivo é o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organização.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2023.

Vinicius dos Santos Batista
Diretor Executivo - CRC RJ 091.540/O-2
SEIER Auditoria Independente Ltda.
CRC 005.204/O-2

JUSTIÇA GLOBAL
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019

JUSTIÇA GLOBAL

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL

(Em reais)

Descrição	Nota	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2020	2019
ATIVO			
Caixa e equivalente de caixa	5	2.431.820,66	1.858.517,17
Adiantamentos a terceiros	-	95.792,13	75.352,27
Adiantamentos para projetos	7	95.291,65	152.120,36
Impostos a recuperar	-	1,99	124,42
Despesas antecipadas	-	-	89,10
Total ativo circulante		2.622.906,43	2.086.203,32
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Deposito caução	6	18.800,00	18.800,00
Imobilizado Próprio	8	19.521,60	21.228,38
Imobilizado Projeto	9	32.016,22	-
		70.337,82	40.028,38
TOTAL DO ATIVO		2.693.244,25	2.126.231,70

Descrição	Nota	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2020	2019
PASSIVO			
Fornecedores	-	33.481,13	19.637,61
Obrigações trabalhistas e sociais a recolher	10	32.568,79	5.003,84
Obrigações tributárias a recolher	11	13.642,65	135,35
Total do passivo circulante		79.692,57	24.776,80
Não circulante			
Projetos a executar nacionais	12	340.304,24	447.172,46
Projetos a executar internacionais	13	1.499.954,92	1.026.131,99
Empréstimos e financiamentos	-	86.901,00	-
		1.927.160,16	1.473.304,45
Patrimônio Social			
Fundo Patrimonial	15.1	35.045,03	35.045,03
Superávit acumulados	15.2	651.346,49	593.105,42
		686.391,52	628.150,45
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		2.693.244,25	2.126.231,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

Sandra Elias de Carvalho
 Coordenadora Geral
 CPF 172.516.758-11

Ana Cândida da Silva Gomes
 Contadora CRC-RJ 66930-O
 CPF 874.105.677-91

JUSTIÇA GLOBAL
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019

JUSTIÇA GLOBAL

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em reais)

Descrição	Nota	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
		2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS			
. Doações	-	24.871,50	14.720,00
. Receitas com prestação de serviços	-	20.000,00	0,00
. Receitas com projetos	-	4.120.425,97	2.747.020,67
. Receitas financeiras	-	13.598,15	106.145,23
. Outras receitas	-	19.152,66	34,29
		<u>4.198.048,28</u>	<u>2.867.920,19</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA			
(-) ISS sobre serviços prestados	-	(1.000,00)	-
		<u>(1.000,00)</u>	<u>-</u>
RESULTADO BRUTO		<u>4.197.048,28</u>	<u>2.867.920,19</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas institucionais	-	(35.247,63)	(15.585,17)
Despesas com projetos	-	(4.103.559,58)	(2.746.965,59)
		<u>(4.138.807,21)</u>	<u>(2.762.550,76)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>58.241,07</u>	<u>105.369,43</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

Sandra Elias de Carvalho
 Coordenadora Geral
 CPF 172.516.758-11

Ana Cândida da Silva Gomes
 Contadora CRC-RJ 66930-O
 CPF 874.105.677-91

JUSTIÇA GLOBAL
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019

JUSTIÇA GLOBAL

QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(EM REAIS)

<u>Descrição</u>	<u>Fundo Patrimonial</u>	<u>Superávit Acumulados</u>	<u>Superávit / Déficit do Exercício</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	35.045,03	593.105,42	-	628.150,45
Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	-	-	58.241,07	58.241,07
Transferência do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	-	58.241,07	(58.241,07)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>35.045,03</u>	<u>651.346,49</u>	<u>-</u>	<u>686.391,52</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

Sandra Elias de Carvalho
Coordenadora Geral
CPF 172.516.758-11

Ana Cândida da Silva Gomes
Contadora CRC-RJ 66930-0
CPF 874.105.677-91

JUSTIÇA GLOBAL
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019

JUSTIÇA GLOBAL

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(EM REAIS)

Descrição	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	58.241,07	105.369,43
Ajuste para reconciliar o Superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	11.278,10	8.828,57
	69.519,17	114.198,00
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante		
Adiantamentos a terceiros	(20.439,86)	(63.705,92)
Adiantamentos para projetos	56.828,71	(125.676,73)
Impostos a recuperar	122,43	77,30
Despesas antecipadas	89,10	0,80
Deposito caução	-	(18.800,00)
	36.600,38	(208.104,55)
Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	13.843,52	16.731,65
Obrigações trabalhistas e sociais a recolher	27.564,95	4.759,01
Obrigações tributárias a recolher	13.507,30	70,13
Projetos a executar nacionais	(106.868,22)	253.162,47
Projetos a executar internacionais	473.822,93	(1.142.786,93)
Empréstimos e financiamentos	86.901,00	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(37,41)
	508.771,48	(868.101,08)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	614.891,03	(962.007,63)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(41.587,54)	(6.646,90)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(41.587,54)	(6.646,90)
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa durante o exercício	573.303,49	(968.654,53)
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	1.858.517,17	2.827.171,70
Caixa e equivalentes de caixa final do exercício	2.431.820,66	1.858.517,17
Aumento (Redução) do caixa e equivalente de caixa durante o exercício	573.303,49	(968.654,53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

Sandra Elias de Carvalho
 Coordenadora Geral
 CPF 172.516.758-11

Ana Cândida da Silva Gomes
 Contadora CRC-RJ 66930-O
 CPF 874.105.677-91

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **JUSTIÇA GLOBAL** é uma organização não governamental de direitos humanos que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Fundada em novembro de 1999, nossas ações visam denunciar violações de direitos humanos; incidir nos processos de formulação de políticas públicas, baseadas nos direitos fundamentais e na equidade de gênero e raça; impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas; e exigir a garantia de direitos para as vítimas de violações e defensoras/es de direitos humanos. Estamos organizados em quatro programas temáticos e uma área administrativa, conformando uma equipe multidisciplinar, que realiza suas atividades articulando estratégias de pesquisa e documentação, litigância, *advocacy*, comunicação e formação.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) e ITG 2002 e aprovado Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico com base no valor

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a administração, baseada em estimativas, efetue o registro de certas transações que afetam ativos e passivos, receitas, custos e despesas, bem como divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

2.1. MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional da **JUSTIÇA GLOBAL** é o real.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão registrados os saldos de fundo de caixa, banco conta movimento e de aplicações financeiras com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica dos bens. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

c. Contas a pagar fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: **(a)** tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; **(b)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; **(c)** o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidar é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo com a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor em dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação quando em atraso é reconhecida em resultado como despesa financeira.

e. Apuração do superávit ou déficit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio líquido em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e doações recebidas no curso normal das atividades da Organização.

A Organização reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Organização e **(iii)** critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Organização, conforme descrição a seguir.

(a) Prestação de serviços: As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são efetivamente prestados.

(b) Doações Receitas com doações: são registradas quando do seu recebimento.

(c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro as disponibilidades da **JUSTIÇA GLOBAL**, estão constituídas por recursos em moeda nacional, depositadas junto às instituições financeiras operantes no país.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Banco conta movimento – Recursos Livres	10,00	10,00
Banco conta movimento – Recursos Restritos (nota 5.1)	130.371,49	36.345,20
Aplicação Financeira de Liquidez imediata – Recursos Livres	407.581,63	470.648,54
Aplicação Financeira de Liquidez imediata – Recursos Restritos (nota 5.2)	1.893.857,54	1.351.513,43
	2.431.820,66	1.858.517,17
	2.431.820,66	1.858.517,17

A conta bancária, é destinada ao recebimento de recursos e liquidação das despesas correntes da **JUSTIÇA GLOBAL**, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a aplicações em CDB remunerados a taxa pós-fixada equivalente a um percentual do CDI, conforme valor da aplicação.

5.1. BANCOS CONTA MOVIMENTO – RECURSOS RESTRITOS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Projeto Rausing Banco Itaú C.C.07323-4	10,00	10,00
Projeto Ford Build Banco Itaú C.C.07324-2	10,00	10,00
Projeto Open General/Open Intercambio Banco Itaú C.C.58821-9	10,00	10,00
Projeto HBS Monitoramento Banco Itaú C.C.58446-5	16,43	16,43
Projeto Ford Defensores Banco Itaú C.C.58790-6	10,00	10,00
Projeto Misereor Banco Itaú C.C. 67536-2	10,00	10,00
Projetos HBS desaparecimento forçados/ IDDD Covid/Open rede contra violência Banco Itaú C.C.64124-0	10,00	10,00
Projeto Ômega Banco Itaú C.C.64614-0	10,00	10,00
Projetos Open Drogas e racismo / Open segurança privada Banco Itaú C.C.05214-1	10,00	10,00
Projetos Dona Julia/ Ford rede mães/Open rede covid Banco Itaú C.C.02104-7	130.265,06	36.217,15
Projeto Fundo Brasil OAK Banco Itaú C.C.63798-2	10,00	31,62
	130.371,49	36.345,20

5.2. APLICAÇÃO FINANCEIRA DE LIQUIDEZ IMEDIATA – RECURSOS RESTRITOS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Projeto Rausing Banco Itaú C.C.07323-4	785.381,49	295.125,40
Projeto Ford Build Banco Itaú C.C.07324-2	15.389,00	421.343,05
Projeto Open General/Open Intercambio Banco Itaú C.C.58821-9	6.425,62	6.727,93
Projeto Ford Defensores Banco Itaú C.C.58790-6	617.867,98	241.659,95
Projeto Misereor Banco Itaú C.C. 67536-2	47.268,29	5.029,06
Projetos HBS desaparecimento forçados/ IDDD Covid/Open rede contra violência Banco Itaú C.C.64124-0	77.694,65	2.242,08
Projeto Ômega Banco Itaú C.C.64614-0	6.812,58	2.242,54
Projetos Open Drogas e racismo / Open segurança privada Banco Itaú C.C.05214-1	5.557,86	14.681,40
Projetos Dona Julia/ Ford rede mães/Open rede covid Banco Itaú C.C.02104-7	12.532,99	38.985,18
Projeto Fundo Brasil OAK Banco Itaú C.C.63798-2	318.927,08	323.093,24
Projeto Auto Mais HBS Monitoramento Banco Itaú C.C.58446-5	-	390,02
	1.893.857,54	1.351.513,43

6. DEPOSITO CAUÇÃO

Refere-se a locação do imóvel de propriedade de José Maria Fernandes Lindenberg, cujo imóvel está administrado pela empresa Nobre Fernandes Administradora de Bens Ltda.

JUSTIÇA GLOBAL
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019

7. ADIANTAMENTOS PARA PROJETOS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Projeto Ford	13.954,48	13.954,48
Projeto Ômega	4.040,80	56.792,35
Projeto Misereor	53.957,60	35.781,82
Projeto Ford	19.089,76	-
Projetos HBS desaparecimento forçados	3.581,01	-
Projeto Open General	334,00	-
Projeto Ford Build	334,00	-
Projeto Open Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência	-	11.758,46
Projeto Ford IIE Audiência	-	19.956,15
Outros projetos	-	13.877,10
	95.291,65	152.120,36

8. IMOBILIZADO PRÓPRIO

Descrição	31.12.2019	Adição	Baixa	31.12.2020
Móveis e utensílios	30.095,61	-	-	30.095,61
Máquinas e equipamentos	35.488,86	-	-	35.488,86
Equipamentos de informática	82.001,12	9.571,32	-	91.572,44
Custo de Aquisição	147.585,59	9.571,32	-	157.156,91
(-) Móveis e utensílios	(22.937,50)	(1.128,72)	-	(24.066,22)
(-) Máquinas e equipamentos	(22.553,24)	(5.961,77)	-	(28.515,01)
(-) Equipamentos de informática	(80.866,47)	(4.187,61)	-	(85.054,08)
(-) Depreciação Acumulada	(126.357,21)	(11.278,10)	-	(137.635,31)
	21.228,38	(1.706,78)	-	19.521,60

9. IMOBILIZADO DE PROJETOS

Descrição	31.12.20219	Adição	Baixa	31.12.2020
Projeto Unibanco	-	15.509,15	-	15.509,15
Projeto Ford Institucional	-	12.208,07	-	12.208,07
Projeto Ford Defensores	-	4.299,00	-	4.299,00
	-	32.106,22	-	32.016,22

Refere-se aquisição de bens patrimoniais para desenvolvimento e implantação de ações no desenvolvimento das atividades dos projetos.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS A RECOLHER.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
INSS a recolher	31.788,20	-
FGTS a recolher	688,89	-
PIS sobre folha de pagamento	91,70	61,26
Provisões de férias e encargos sociais	-	4.942,58
	32.568,79	5.003,84

JUSTIÇA GLOBAL
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
ISS a pagar	1.000,00	-
IRRF a pagar	12.041,08	74,53
Outros	109,37	60,82
	13.642,65	135,35

12. PROJETOS A EXECUTAR NACIONAIS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Projeto Fundo Brasil OAK	317.887,66	365.478,30
Projeto Fundo Brasil Jornalismo	503,13	503,13
Projeto HBS Monitoramento	9.578,56	-
Projeto Fundo Brasil Dona Julia	2.270,08	-
Projeto Instituto de Defesa do Direito de Defesa - COVID	10.000,00	-
Projeto Embaixada do Canadá	-	59.400,91
Projeto Muro da Memória e Justiça Racial	-	12.000,00
Projeto Rosa Luxemburgo Alcantara	-	5.802,15
Outros	64,81	3.987,97
	340.304,24	447.172,46

13. PROJETOS A EXECUTAR INTERNACIONAIS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Projeto Ford Defensores	605.420,18	210.730,64
Projeto Open Rede de comunidades e movimentos contra violência	64.843,03	-
Projeto Ford Rede mães	121.865,50	-
Projeto Ford Institucional	-	359.400,64
Fundo RAUSING/SRT	688.194,24	447.221,79
Outros	19.631,97	8.778,92
	1.499.954,92	1.026.131,99

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.

A Administração da **JUSTIÇA GLOBAL**, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas impetradas contra a Organização em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Organização seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Organização seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Organização seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020 a **JUSTIÇA GLOBAL** não possui processo em andamento.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL.

15.1. DOTAÇÃO INICIAL

O patrimônio social foi constituído através de dotação inicial de R\$ 35.045,03 (trinta e cinco mil, quarenta e cinco reais e três centavos).

15.2. SUPERAVIT | DÉFICIT ACUMULADOS

O Patrimônio Social é constituído pelo superávit e déficits ocorridos nas atividades operacionais da **JUSTIÇA GLOBAL**, apurado ao término de cada exercício social.

16. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS - IRPJ E CSLL.

A **JUSTIÇA GLOBAL** por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui imunidade do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os eventuais superávits dos exercícios, conforme determina o artº 150 da Constituição Federal.

Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG – 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros” caso a Organização não fosse isenta os valores para recolhimento seriam os descritos a seguir:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	8.736,16	15.805,41
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	5.241,70	9.483,25
	13.977,86	25.288,66

17. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA - COFINS

A **JUSTIÇA GLOBAL** por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui isenção do COFINS sobre faturamento, conforme artº 46 do Decreto nº 4.524/2002. A Organização recolher somente o PIS/PASEP- Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público no percentual de 1% da folha de pagamento.

Em consonância com as divulgações requeridas pela NBC ITG – 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros” caso a Organização não fosse isenta os valores para recolhimento seriam os descritos a seguir:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	125.941,45	86.037,61
	125.941,45	86.037,61

18. GESTÃO DE RISCOS.

O principal fator de risco a que a Organização está exposta é o seguinte:

(a) Gestão de capital

A **JUSTIÇA GLOBAL** administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio social.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro são os seguintes:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Dívida <i>(A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante)</i>	(2.006.852,73)	(1.498.081,25)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	2.431.820,66	1.858.517,17
Adiantamentos para projetos (nota 7)	95.291,65	152.120,36
	520.259,58	512.556,28
Patrimônio Social (nota explicativa 15)	686.391,52	628.150,45
Total do endividamento	-	-

19. SEGUROS

A **JUSTIÇA GLOBAL** não adota a política de manter a cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros do ativo em 31 de dezembro de 2020 são:

• **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo têm seus valores justos corresponde aos saldos contábeis;

b) Operações com instrumentos derivativos

A **JUSTIÇA GLOBAL** não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

21. QUOCIENTES PATRIMONIAIS

Descrição	31.12.2020	%	31.12.2019	%
LIQUIDEZ CORRENTE (i)				
Ativo circulante	2.622.906,43	32,91	2.086.203,32	84,20
Passivo circulante	79.692,57		24.776,80	
LIQUIDEZ GERAL (ii)				
Ativo circulante + realizável a longo prazo	2.641.706,43	1,32	2.105.003,32	1,41
Passivo circulante + exigível a longo prazo	2.006.852,73		1.498.081,25	

(i) O quociente de liquidez corrente (ou comum) indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (correntes) utilizando os bens e direitos transformáveis em dinheiro no curto prazo. Esse quociente determina quanto a Organização tem em valores circulantes para cada R\$1,00 de dívidas. Quanto maior for o quociente de liquidez corrente melhor será a situação da Organização. Os resultados são analisados da seguinte forma:

Maior que 1 – Demonstra que há razoável margem no disponível para uma possível liquidação das obrigações;

Igual a 1 – Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; e

Menor que 1 – Demonstra que não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse necessário.

(ii) A liquidez geral estuda a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto e de longo prazo. Para isso, somam-se todos os valores que a Organização pode transformar em dinheiro no curto e longo prazo e, dividindo esse valor pelo total das obrigações de curto e de longo prazo, determina-se quanto o Instituto possui de ativos para cada R\$1,00 de passivos. Quanto maior for o quociente de liquidez geral melhor será a sua situação.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não é de nosso conhecimento qualquer evento subsequente à data do encerramento do exercício até a presente data, que possa afetar a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período, impedindo a continuidade normal das atividades da **JUSTIÇA GLOBAL**

DocuSigned by:

30901509642/DT
Sandra Elias de Carvalho
Coordenadora Geral
CPF 172.516.758-11

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

Ana Cândida da Silva Gomes
Contadora CRC-RJ 66930-O
CPF 874.105.677-91